

SOBRE O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE EM HANS JONAS: A NECESSÁRIA CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA MENTALIDADE PARA A PRESERVAÇÃO DAS GERAÇÕES FUTURAS

*Profa. Ms. Rosa Maria Guimarães Rocha**

Resumo:

O contexto da sociedade atual, com o desenvolvimento exacerbado da tecnologia, destituída de uma consciência ética que leve em consideração a preservação da vida no planeta, exige uma mudança de mentalidade ancorada numa postura ética denominada por Mancini et al.(2000) de Macroética. O princípio responsabilidade elaborado pelo filósofo alemão Hans Jonas, é muito importante para a compreensão da Macroética. Este artigo é baseado em pesquisa bibliográfica, fundamentada em Jonas (2004; 2006), Mancini et al. (2000), Giacoia Jr. (2009), Zancanaro (In Carvalho, 2004;2010) e outros autores. Seu objetivo é sensibilizar os leitores para o despertar da responsabilidade com a preservação da vida de todos os seres, no presente e no futuro.

Palavras-chave:

Princípio Responsabilidade. Macroética. Ontologia. Mudança de mentalidade.

Resumé:

Le contexte de la société actuelle, avec le développement exacerbé de la technologie, dépourvue d'une conscience éthique qui tient compte de la préservation de la vie sur la planète, exige un changement de mentalité fondé sur une posture éthique dénommée par Mancini et al.(2000) de Macroéthique. Le principe responsabilité, élaboré par le philosophe allemand Hans Jonas, est très important pour la compréhension de la Macroéthique. Cet article est basé sur la littérature de recherche, fondé sur Jonas (2004; 2006), Mancini et al. (2000), Giacoia Jr. (2009), Zancanaro (In Carvalho, 2004;2010) ET d'autres auteurs. Son objectif est de sensibiliser les lecteurs sur la responsabilité avec la préservation de la vie de tous les êtres, dans le présent et dans le futur.

Mots-clé:

Principe Responsabilité. Macroétique. Ontologie. Changement de mentalité.

Introdução

As transformações incessantes ocorrentes em todas as áreas desde o mundo moderno exigem uma mudança de mentalidade que oriente um comportamento humano voltado para o bem da humanidade e do planeta Terra, a casa comum de todos os seres que constituem essa morada. Tal ação humana que orienta uma nova mentalidade é denominada por Mancini et al (2000) de Macroética, uma ética intercultural que move a práxis política e considera realidades originárias como intrinsecamente dotadas de valor.

Até a Idade Média havia, entre natureza e razão, uma ideia de integração mútua e de harmonização. O entendimento dessa relação feita pelos modernos rompeu com essa ideia inicial, excluindo a reflexão sobre a posição desmedida da tecnologia na Idade Moderna e as consequências de sua utilização sobre os seres humanos e a natureza em geral. Daí a necessidade de novas referências éticas que pensem no lar comum da humanidade e garantam um futuro para todos.

Na Macroética, é fundamental o respeito incondicional à vida e à dignidade humanas. Nessa ética mundial, a teoria é interpretada num espaço intercultural, isto é, transforma o discurso apodítico em repertório hermenêutico e aponta o limite de cada pretensão cognoscitiva diante das relações humanas contextualizadas.

Foi apenas depois das terríveis consequências da segunda Guerra Mundial que houve uma tomada de consciência de que a ideologia do progresso não traz necessariamente o melhor para a humanidade. O que mais impressionou aos pensadores que se dedicaram a esta reflexão foi a desproporção entre as forças destrutivas tecnologicamente disponíveis e a insuficiência da consciência moral presente nas pessoas, povos e governos.

Uma vez expressa esta conscientização e o impulso de novos conhecimentos descobertos pelas Ciências da terra, pela Ecologia e pelas várias vias espirituais, articula-se, segundo Boff (2003), um novo retorno à natureza e ao *logos* universal, com uma consequente resistência ao entendimento da relação entre natureza e razão, assumido pela cultura moderna.

Leitura obrigatória na compreensão da Macroética da humanidade é a obra do filósofo alemão, de origem hebraica Hans Jonas. Consoante Mancini et al. (2000), o autor propõe uma ontologia teleológica que identifica a finalidade do ser como dever-ser universal e constitui uma

norma obrigatória no plano moral. Essa obrigação moral é denominada por Jonas como princípio-responsabilidade.

A teoria da obrigação jonasiana compreende o aspecto objetivo, concernente à validade e ao fundamento racional da obrigação, e o aspecto subjetivo, baseado na motivação. Esta pode ser acionada pelo sentimento de temor, concebido como superior a um mero impulso, pois nele se acha implícita a chamada ao dever.

No princípio-responsabilidade de Jonas¹, a responsabilidade prevalece sobre a liberdade, o “sim” adquire obrigatoriedade na liberdade do homem. O apelo do possível bem-em-si presente no mundo situa perante a vontade humana e exige ser ouvido. O ser humano, então, esquece o bem pelo eu individual e volta-se para o bem interativo e comunicativo, o que significa a realização do bem pelo bem. Esse princípio, ao demonstrar a imanência do fim do ser, ganha em Zancanaro (2004) expressão substancial.

2. Inquietações éticas no contexto do século XXI

A crise da sociedade globalizada hodierna necessita que as pessoas, grupos sociais e governos tenham uma consciência planetária fundamentada na ética e que aponte para uma profunda transformação cultural que disponha as condições para o surgimento de uma nova ética, outra economia e renovada política.

Notícias recentes divulgadas nas *mídias* mostram a necessidade de medidas urgentes para a concretização de um novo paradigma que oriente a conduta das pessoas, sociedades e governos. Assim é o anúncio na internet, feito pelo diretor de marketing, Luciano Pires (www.slideshare.net, 2012) mostrando que a China vai quebrar a economia mundial: enquanto os ocidentais terceirizam sua produção e táticas, e lucram em curto prazo, a China adquire tecnologia e investe à longo prazo no monopólio da produção mundial, o que muito provavelmente no futuro terá o impacto de uma bomba atômica chinesa. Depois de visitar as fábricas chinesas, Pires adverte para a ideia de que os cidadãos consumidores devem começar a comprar os produtos de fabricação nacional, estimulando o emprego em seu país; e, desta forma, proporcionando a sobrevivência não apenas de pessoas anônimas, mas

¹ A divulgação desse princípio teve suas primeiras noções propagadas na obra *O princípio vida* (2004), e foi depois consolidado no livro *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* (2006).

de seu amigo, de seu vizinho e até mesmo da própria sobrevivência, como também a de seus descendentes.

Aliada única do regime comunista norte-coreano, que ameaça a segurança do Planeta com o desenvolvimento de tecnologia nuclear, a República Popular da China mostra que suas estratégias se estendem da Economia à Política. Comemorou o entendimento entre o país aliado e os Estados Unidos e manifestou intenção de trabalhar com as partes relevantes para seguir promovendo as negociações realizadas em Pequim, cujo objetivo era a suspensão de testes nucleares, lançamento de mísseis e o enriquecimento de combustível nuclear, em troca de “um compromisso dos EUA em fornecer 240 mil toneladas de ajuda alimentar e estudar um auxílio adicional posterior” (O Povo. Fortaleza, 02 de março de 2012).

Dos EUA, que se relacionam com a China, na Política e na Economia, surge a voz de Al Gore, ex-candidato à Vice-Presidência dos Estados Unidos, com a divulgação de uma verdade inconveniente:

Somos de longe os maiores poluidores. Temos que pensar nisso porque nossa maneira de pensar transformou nossa relação com a terra. Nosso sistema nervoso central precisa de uma pancada para se dar conta do perigo e reagir.(...) Cada um de nós pode contribuir para a mudança através das compras que fizermos, dos carros que dirigimos. Precisamos ter determinação para que nossas escolhas se efetivem (UMA VERDADE inconveniente. DVD, 2006).

Nesse documentário encontra-se a mensagem que Al Gore tem divulgado em palestras no mundo inteiro:

O que está em jogo é nossa habilidade de viver no Planeta Terra, de ter um futuro como civilização. Essa é uma questão moral. É nossa hora de lutar para garantir nosso futuro. Se nada fizermos, um dia, as gerações futuras poderão parar e perguntar: onde nossos pais estavam com a cabeça por que não acordaram quando tiveram chance? Precisamos ouvir essa pergunta agora (UMA VERDADE inconveniente. DVD, 2006).

Na civilização que vivemos, o que causa mais espanto e admiração; a realidade ou a ficção? Como aconteceu no passado, a ficção de hoje será a realidade de amanhã? Na constatação da aplicação da técnica nos seres

humanos², na atualidade, a realidade imitou a ficção, como aconteceu com a obra *Admirável Mundo Novo*, de Huxley³.

Jonas (2006) indica esse livro⁴ quando se reporta ao caráter sério da ficção científica. É possível que esse autor tenha encontrado na leitura de Huxley a possibilidade de previsão das consequências da aplicação, nos seres humanos, dos progressos da Ciência nas áreas da Biologia, Fisiologia e Psicologia, à serviço de um governo totalitário.

A possibilidade de a ficção científica apontar caminhos para a reflexão filosófica mostra-se no prefácio da edição de *Admirável Mundo Novo* em 1952. No prefácio, Huxley aborda os aspectos econômicos e políticos de uma comunidade futura, numa economia descentralizada e numa política cooperativa, em que a Ciência e a Tecnologia fossem destinadas ao homem, e não como aconteceu com a revolução científica moderna: o homem submetido a elas. A filosofia de vida predominante na comunidade anunciada por Aldous Huxley seria uma espécie de Utilitarismo Superior, na qual o princípio da Felicidade Máxima seria secundário ao princípio do Fim Último – a primeira questão a ser feita e respondida em qualquer contingência da vida seria: “de que modo este pensamento ou ação contribuirá ou interferirá na realização do Fim Último, por mim e pelo maior número possível de outros indivíduos?” (HUXLEY, 1981, p. 13-14).

Na exposição da realidade, o que causa mais admiração, a Literatura ou a Filosofia? Na abertura de *Admirável Mundo Novo*, Huxley fala desse “embaralhamento” por meio dos versos de William Shakespeare, destacando e ironizando o papel futuro dos seres humanos na constituição do mundo:

² Jacqueline Russ (1999, p. 98) observa o crescimento brutal dos poderes humanos, ao mesmo tempo sujeito e objeto da técnica. Entre as técnicas utilizadas na atualidade, menciona o prolongamento da vida, as manipulações genéticas e o controle de comportamento, com “a regulação das condutas pelas drogas, a intervenção direta no cérebro por meio de eletrodos implantados, a programação da ação humana pela terapia comportamental”.

³ Crítico das utopias de Bacon, Marx e Bloch, Jonas leva em consideração o aspecto sério das obras de ficção científica, que reside na elaboração de experimentos intelectuais bem fundamentados cujos resultados podem ser comparados à função heurística. Segundo Jonas (2006, p. 73), o mero saber sobre possibilidades “é suficiente para os fins de casuística heurística, posta a serviço da doutrina ética dos princípios”. Na mesma obra, diz que “sente-se impelido para o mito, pois ele vale-se de automanifestações em nossa experiência mais profunda, “sob a pressão de uma tarefa a que a filosofia, em seu desamparo, não pode subtrair-se”. (RUSS, 1999, p. 267)

⁴ Publicado pela primeira vez em 1932.

Ó maravilha!
Que adoráveis criaturas aqui estão!
Como é belo o gênero humano!
Ó ADMIRAVEL MUNDO NOVO
Que possui gente assim (A tempestade, ato V).

Jonas, por sua vez, usa uma passagem de Sófocles para mostrar as relações entre homem e natureza:

Numerosas são as maravilhas da natureza, mas de todas a maior é o homem! (...) Só a morte ele não encontrará nunca um meio de evitar (...) Industrioso e hábil, ele se dirige ora para o bem ora para o mal...confundindo as leis da natureza e também as leis divinas a que jurou obedecer, quando está à frente de uma cidade muitas vezes se torna indigno e pratica o mal audaciosamente (JONAS, 1979,apud GIACIOIA JR, 2000, p. 196).

Esta passagem apresentada por Giacoia Jr. aparece em Jonas como paradigmática, no que diz respeito às relações entre homem e natureza. Se o homem, industrioso e hábil, pode inventar inúmeras coisas, até hoje não encontrou um meio de evitar a morte, muitas vezes usa suas habilidades contra o bem da cidade. Por isso, a louvação a um poder humano que não respeita a ética é inquietadora e angustiante.

3. A fundamentação da ética contemporânea

Segundo Manciniet al (2000), a transformação global exigida pelo mundo contemporâneo não compreende uma mudança de mentalidade seguida de comportamentos humanos equivalentes, mas num processo em que “teoria e práxis, cenários de sentido e processos político-sociais se condicionem mutuamente” (2000, p. 203). Isto significa que não é uma teoria ‘boa’ em si que convencerá os humanos a serem melhores, mas sua adesão a teorias que abram espaço para uma condição dialógica na qual uma perspectiva particular possa interagir com as outras.

Tal ação humana visando ao bem da humanidade – denominado por esses autores de Macroética - não consiste em pensamento único, mas em uma ética intercultural que mova uma práxis política, na qual a realidade não é derivada de um princípio, mas é intrinsecamente dotada de valor; isto é, a teoria é interpretada num espaço intercultural que exprime o limite de cada pretensão e poder diante de um ser humano.

Nessa perspectiva, é fundamental o respeito incondicional à dignidade humana, invocado pela Macroética para diferenciá-la de morais manipuladoras, particulares e irracionais, presentes, tanto nos continentes Americano e Europeu, quanto nos países árabes e Israel.

No encaminhamento de questões sobre a validade de uma referência ética e também moral para “pensar o lar comum e garantir um futuro para todos”, é preciso “voltar ao sentido originário da ética e da moralidade” (BOFF, 2003, p. 27). O termo “ética”, originário de “*ethos*”, possui dois sentidos: abrigo permanente de animais e de seres humanos, e conjunto de meios para bem conservar este abrigo, isto é, conjunto de valores e hábitos consagrados pela tradição cultural de cada povo.

Conforme Boff, o novo entendimento da relação natureza/razão proposta pelos modernos, além de romper a ideia de integração mútua e harmonização, mostra que “as combinações natureza/razão estão sujeitas às variações históricas, às conjunturas e às interpretações no quadro das mais diferentes culturas” e que “podem ser influenciadas também pela dimensão da demência, do drama e da tragédia” (2003, p. 32).

Lima Vaz (1993) contribui para esse tema, ao explicar como sucedeu a mudança da relação natureza/razão, e de que modo ocorreu a posição desmedida que a técnica assumiu no começo da Idade Moderna. O deslocamento, da *tecne* no esquema do logocentrismo grego, um braço da Ciência criado para servir aos interesses humanos, torna-se o símbolo de um progresso cumulativo e quantitativo que, segundo a ideologia do progresso vigente no início da revolução científica, necessariamente traria o melhor para a humanidade. Excluiu-se então a reflexão sobre as consequências da utilização da tecnologia sobre os seres humanos.

Uma tomada de consciência de que a tecnologia não apenas facilitava o dia a dia dos seres humanos, na comunicação, transportes e objetos utilitários, mas também trazia muitos malefícios para a vida humana, ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, com a observação do potencial destrutivo mostrado não só nos acontecimentos bélicos convencionais, mas também no Holocausto e, sob outro ângulo, no bombardeamento atômico de Hiroxima e Nagasaki. Desde então, impressionou, antes de tudo, a desproporção entre as forças destrutivas tecnologicamente disponíveis e a precariedade da consciência moral dos indivíduos, dos povos, dos governos. (MANCINI et al., 2000, p.8).

Com origem nessa conscientização, surge na ética contemporânea a resistência ao entendimento do vínculo natureza-razão feita pelos

pensadores modernos, com suporte em conclusões racionais subjetivas (logos subjetivado). Com o impulso “dos novos conhecimentos acumulados pelas ciências da terra, pela ecologia e pelas várias vias espirituais” (BOFF, 2003, p. 36), articula um novo e poderoso retorno à natureza e ao *logos* universal. Nessa concepção, o conceito de natureza é mais próximo da *physis* grega: *logos* universal expresso na história e produzindo de forma incessante cultura, significações e processos de espiritualização.

As éticas abordadas por Mancinet al (2000), possuem em comum o reconhecimento dos valores fundamentais da condição humana e sua interpretação nas diversas culturas. Daremos prioridade, neste trabalho, à pesquisa sobre o princípio responsabilidade em Hans Jonas, classificado por esses autores, juntamente com Karl Jaspers, Dieter Henrich e Vittorio Hosle, entre os filósofos que postulam um fundamento ontológico na responsabilidade pela terra.

4. Hans Jonas e o princípio responsabilidade

A obra de Jonas representa, segundo Mancini et al (2000), leitura obrigatória na compreensão da Macroética da humanidade. Seu pensamento, conforme Zancanaro (2010), foi marcado pelo existencialismo de Heidegger⁵, pela fenomenologia de Husserl, pelos estudos históricos de Bultman, além de pertencer ao círculo intelectual de Hannah Arendt e Karl Jaspers, entre outros. O estudo da gnose⁶ também foi muito importante para suas futuras reflexões.

Sua questão é: “pode a razão tornar a garantir o fundamento da ética sem dever recuperar a categoria do sagrado?” (MANCINI et al, 2000, p. 29). A proposta de Jonas é uma “ontologia teleológica que identifica a finalidade do ser como dever-ser universal, que origina no plano moral uma norma obrigatória”.

O autor lança no livro *O princípio vida* as bases do *Princípio Responsabilidade*. Afirma, no capítulo final dessa obra, que antes de se

⁵ Cf. Mancini et al (2000), Jonas incorporou categorias descritivas do existencialismo: possibilidade, projeto, renúncia, presente, passado, futuro, liberdade, cuidado, temor existência. A ideia heideggeriana de “partir do ser” adquire uma dimensão pedagógica em Jonas. (...) Para que esta possibilidade se mantenha viva, é necessária uma ética de preservação, de previsão, de custódia.

⁶ Cf. Zancanaro (2010), Jonas analisa a gnose como uma situação específica, um modo determinado de conceber o mundo e a vida, não em termos de consciência, espírito ou interiorização.

pensar num provável êxito ou fracasso no imortal, é preciso “salvar a aventura mortal em si” (JONAS, 2004, p 269), em virtude da ameaça causada pela tecnologia, em que a bomba atômica talvez seja o aspecto mais fácil de ser controlado, perigo que só pode ser enfrentado por ação atual coletiva pública.

A ameaça do futuro total ergue a um plano mais elevado o aspecto da proteção meramente física, com isto transformando a prudência preventiva ao seu serviço no dever transcendental mais urgente, isto é, o momento da decisão, neste contexto, não é mais apenas o da própria ação isolada e de curto prazo, mas, acima de tudo, “o momento do gênero humano em seu agir social global” (JONAS, 2004, p. 270).

Depois de anunciar algumas ideias, aprofundadas no Princípio Responsabilidade, Jonas demonstra a necessidade de empreender essa tarefa: “para a novidade desta situação, que atribui ao conhecimento das consequências, e com ele ao conhecimento científico um papel nunca antes conhecido, nós não fomos preparados por nenhuma doutrina de deveres” (JONAS, 2004, p. 270).

É unanimemente reconhecida a contribuição de Jonas em redefinir a relação entre ontologia e ética, com a retomada original da categoria responsabilidade⁷ e a superação do vazio ético, causado pela “exaltação do saber como via única de salvação”⁸(MANCINI et al, 2000, p.28). Conforme Mancini et al, a ética que em Jonas é necessária para a crise atual da humanidade não pode se amparar no formalismo subjetivo de Kant, tampouco na razão absoluta de Hegel, onde não existe uma autêntica responsabilidade moral, porque o curso das coisas já está legitimado; nem no utopismo de Marx, que concede aos seres humanos uma excessiva capacidade de previsão dos acontecimentos determináveis por suas ações.

A ética jonasiana supera a ética proposta por Max Weber que, ligada aos sujeitos, não propõe mudanças à política em curso, e supera também o antropocentrismo em geral. Sua raiz é o apelo imperativo da totalidade do mundo vivente. Apesar de tratar da totalidade, e talvez,

⁷ Cf. Zancanaro, 2004, p. 187, a meta da Teoria da Responsabilidade é garantir o retorno do homem ao seu lugar de honra que lhe foi subtraído pelo nihilismo moderno.

⁸ Cf. Zancanaro, 2004, p. 208, nesse sentido, Jonas é pré-moderno porque não edita o gesto onipotente do homem cartesiano, baconiano, galilenano, de poder tudo, mas por estar atento às exigências do ser” .A esse respeito afirma Giacoia Jr, 2000, p. 194 que, em sua fundamentação, Jonas procura legitimar filosoficamente a passagem desautorizada pela Filosofia moderna, do plano do ser e da existência, para o plano do dever-ser.

justamente por isso, Jonas renuncia a projetos muito ambiciosos a favor de opções controláveis passo a passo.

Conforme Zancanaro, a Teoria da Responsabilidade em Jonas considera os aspectos objetivos, relativos à validade e ao fundamento racional da obrigação, e o aspecto subjetivo com a capacidade de mover a vontade. Essa motivação para uma ação responsável pode ser acionada pelo “sentimento de temor, de perda, de ameaça, de destruição, de morte” (JONAS, 1993, apud ZANCANARO, 2004, p. 216). O sentimento, mais do que um mero impulso, é concebido aqui como elemento cardeal da moral e nele se acha implícita a chamada ao dever.

A teoria da ética da responsabilidade em Jonas não parte da racionalidade lógica como dedução elaborada em pressupostos idealistas, como os da ética tradicional, mas no pressuposto ontológico contido no próprio fato. Essa dedução põe o universal, o todo, o duradouro, como elemento que vai sustentar a existência de fins na natureza. De maneira inversa, o transitório, o ínfimo, é uma afirmação contrária à sua expansão e permanência. “Impedir sua realização constitui um problema ético, já que a prevalência está voltada para o transitório”.⁹ (ZANCANARO, 2004, p. 204).

Na compreensão de Zancanaro, “é a liberdade e não a compatibilidade lógica de um princípio que nos obriga a afirmar a vida” (2004, p. 205). Mas a causa geradora é a responsabilidade, não a liberdade, pois “cada ampliação da liberdade é uma grande aposta sobre a eventualidade de que o seu bom uso prevaleça sobre o seu mau uso” (JONAS, 1979, apud MANCINI et al, 2000, p. 37). “É o apelo do possível bem-em-si no mundo que se coloca frente à minha vontade e exige ser ouvido” (JONAS, 1993 apud ZANCANARO, 2004, p. 215). Neste caso, “o sim adquire obrigatoriedade na liberdade do homem. (...) O bem se constitui valor por exigência do ser, isto é, o sim ontológico possui força de obrigatoriedade na liberdade como atendimento ao trabalho teleológico da natureza” (IBIDEM, p. 211).

Na Teoria da Responsabilidade em Jonas, fazemos o bem não para nosso eu individual, mas em virtude do próprio bem, que é, ao mesmo tempo, interativo e intercomunicativo. Daí a afirmação de Jonas: “homem bom não é o que tem feito bom a si mesmo, mas o que tem feito o bem pelo bem” (JONAS, 1993, apud ZANCANARO, p. 215).

⁹ Cf. Zancanaro, 2004, p. 218. Embora o existente não seja considerado algo melhor ou do mais alto valor, está aí objetivamente.

Jonas pretende, “ganhar a batalha decisiva para a teoria ética, expondo a doutrina dos valores, a partir da demonstração da imanência do fim do ser (...) existir é ser; e ser é um valor ou um bem não mensurável quantitativamente” (ZANCANARO, 2004, p. 206). O caráter subjetivo do valor requer uma fundamentação ontológica. Por isso, no entendimento de Zancanaro, é primordial a construção de uma ponte para que possa nascer a possibilidade da responsabilidade com a natureza com origem no princípio ontológico.

A ética defendida por Jonas deve “fixar as normas mínimas para a sobrevivência do homem e da natureza” (MANCINI et al, 2000, p. 36). Nestas normas há não apenas a determinação de como se deve agir, mas também a proibição daquilo que em absoluto não deve ser feito, como aquilo que o emprego inconsequente da tecnologia tem feito: pôr em risco a vida em geral e a própria essência humana.

5. Considerações Finais

A importância da contribuição de Hans Jonas, reconhecida pela comunidade filosófica na contextura mundial, decorre de sua redefinição do vínculo relação entre a ontologia e a ética, assim como da retomada da categoria responsabilidade no contexto dos problemas da atual situação mundial. Seu compromisso ontológico expande-se à totalidade do mundo vivente e sua ética é baseada na necessidade de controlar as capacidades destrutivas da humanidade que atingiram um poder desmedido no âmbito tecnológico, mas não assumiram a responsabilidade pelos resultados de suas ações.

Ante a imprevisibilidade das consequências a que a tecnologia expõe a humanidade e o meio ambiente, Jonas (2006) proclama que a ética não pode mais permanecer apenas orientada para atos individuais voltados para o sumo bem, mas deve zelar pelas necessidades temporais e urgentes de nosso planeta. Por isso o autor se dirige aos governantes e governos, cobrando a estes últimos a mediação do controle das decisões políticas e seus efeitos a longo prazo.

Como que respondendo ao apelo de Jonas, Al Gore (2006), ex-candidato à Vice-Presidência dos Estados Unidos, viaja pelo mundo divulgando um DVD produzido em 2006 em que trata de uma “verdade inconveniente” para o mundo político, a começar pelo que é praticado em seu país. Em suas palestras, à semelhança de Jonas, Gore provoca o medo pela extinção do Planeta e instiga a um compromisso efetivo dos políticos e de cada cidadão do mundo, dizendo que podemos contribuir

para a preservação de nossa civilização, mediante a modificação de nossa relação com a terra, o que pode ser feito nas coisas mais simples de nosso dia a dia, como em nossas escolhas sobre as compras e os carros que dirigimos. Diz ainda que, se não fizermos nossa parte, nossos descendentes nos cobrarão, porque nada fizemos quando tivemos chance.

Jonas (2006) usa uma passagem de Sófocles sobre as relações entre ser humano e natureza, mostrando que este confunde as leis da natureza e as leis divinas que jurou obedecer, praticando o mal audaciosamente e tornando-se indigno. Por intermédio dessa passagem, mostra o angustiante poderio da técnica em mãos humanas eticamente despreparadas.

Que nos invada uma angústia benfazeja e esta não descance enquanto não procurarmos fazer algo, tanto na teoria quanto na prática, que possa contribuir para a constituição de uma nova relação do homem com a natureza em sua totalidade e nos conduza a uma nova maneira de viver.

Profa. Ms. Rosa Maria Guimarães Rocha

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará

Especialização em Formação de Formadores pela

Universidade Estadual do Ceará

Bacharelado em Direito pelo Centro de Estudos

Superiores do Estado do Pará - CESEP

Graduada em Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza

rosarocha17@hotmail.com